

TESES

PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP DE 5 DE MARÇO DE 1983

O Comité Central, na sua reunião de 28-1-83, deliberou que a Conferência Nacional do Partido, a realizar em 5 de Março, aprove uma Proclamação que defina a orientação do PCP para as eleições e para a alternativa democrática.

Tendo em vista a elaboração do projecto de Proclamação a submeter à Conferência Nacional, o Comité Central apresenta para apreciação e debate em todas as organizações do Partido as «Teses para a Conferência Nacional do PCP de 5 de Março de 1983».

1.ª TESE

As eleições antecipadas para a Assembleia da República significam uma grande vitória do povo e da democracia criando reais possibilidades para uma viragem democrática na situação nacional.

2.ª TESE

É inteiramente possível e previsível derrotar a «AD» nas próximas eleições, reduzindo a «AD» e os partidos que a compõem - PSD e CDS - a uma minoria na Assembleia da República e criar assim uma primeira condição institucional básica para uma alternativa democrática.

3.ª TESE

O PS não constitui uma alternativa, não tem qualquer hipótese de alcançar a maioria absoluta, continua voltado para uma aliança com a «AD» ou com qualquer dos partidos que a compõem - PSD e CDS -, e após as eleições só poderá dar uma contribuição para uma alternativa democrática se romper as alianças com a direita e aceitar finalmente chegar a um acordo com as outras forças democráticas, designadamente com o PCP.

4.ª TESE

O aumento considerável da votação da APU e do número de deputados do PCP, do MDP e independentes coligados na APU é condição essencial para possibilitar e viabilizar uma alternativa democrática.

5.ª TESE

Existe uma política capaz de assegurar a saída da crise, o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições de vida do povo, na base do respeito pela Constituição e da consolidação das conquistas democráticas, da mobilização dos recursos do País, da defesa intransigente da independência nacional.

6.ª TESE

A participação do PCP no Governo é indispensável para a saída da crise, a solução dos problemas nacionais e a consolidação definitiva do regime democrático.

7.ª TESE

Até ao acto eleitoral no dia 25 de Abril, é necessário lutar firmemente para que seja respeitada a legalidade na vida política e assegurada a democraticidade do processo e do acto eleitoral.

8.ª TESE

O voto na APU, voto no PCP e seus aliados, é o único voto seguro, útil e certo para afastar a reacção do Poder, pôr fim à sua política de ilegalidade, miséria e destruição, e assegurar uma alternativa democrática.

Separata



Dezenas de reuniões de quadros e militantes do Partido realizam-se em todo o País com vista à preparação das próximas eleições

ENCONTROS DE QUADROS

Pág. 3

Suplemento / Avante!

PS outra vez sozinho aliado à direita que diz combater — mas há excepções

CENTENÁRIO DE MARX

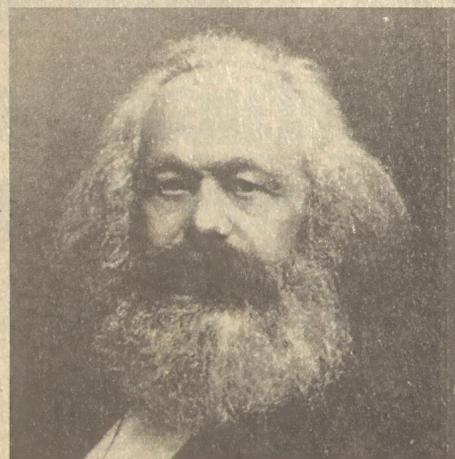


Desenho do CC do PCP



ÁLVARO CUNHAL VISITA A ETIÓPIA

Partiu na terça-feira em visita oficial, para a Etiópia Socialista, a convite do Presidente Mengistrou Mariam e da Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, uma delegação do Comité Central do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral Alvaro Cunhal e que integra Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do PCP.



Centenário de Karl Marx

Suplemento

SEMANA

9
Quarta-feira



Perez de Cuellar

Por proposta da APU, a Câmara Municipal de Lisboa suspende, em sessão extraordinária, os projectos de construção da central de camionagem do Areeiro e do viaduto de Entre Campos, aprovados pela antiga maioria absoluta da «AD»; os projectos serão realizados pelo executivo, que manifestou dúvidas acerca da sua prioridade e da legalidade da sua execução. ■ O Conselho Nacional do PPM, antes que se faça tarde, mandata a comissão política do «partido» para iniciar negociações com o CDS e o PPD/PSD; objectivo: «meter» alguns deputados monárquicos num ou nos dois partidos em questão nas próximas eleições, para não perder «assento» na AR. ■ Famílias de deportados franceses e associações de antigos resistentes à ocupação nazi anunciam que vão apresentar queixas contra o antigo chefe de Gestapo de Lyon, Klaus Barbie, constituindo-se em parte civil da acusação no respectivo julgamento; Barbie permanece encerrado na prisão de Montliuc, em Lyon, onde ele próprio torturou e assassinou muitos patriotas franceses. ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirma em Dar-Es-Salam que continuará a rejeitar novas manobras susceptíveis de retardar a independência da Namíbia.

10
Quinta-feira

Os trabalhadores das UCP's/Cooperativas do Concelho de Coruche decidem, em plenário, cultivar na próxima campanha toda a terra disponível, incluindo a que ainda se encontra na posse dos agrários, embora a sua devolução à Reform Agrária já tenha sido ordenada pelo Supremo Tribunal Administrativo; pretende-se assim aumentar a produção e ocupar o maior número possível de mão-de-obra no desemprego na sequência da ofensiva governamental contra a RA. ■ O novo embaixador da URSS em Portugal, Valentim Vóvino, entrega as suas cartas credenciais ao Presidente da República, general Ramalho Eanes. ■ A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria convoca um plenário para se debater os graves problemas que defrontam os agricultores da região, o qual se realizará no próximo dia 20 em Valado de Frades. ■ O conselho de ministros israelita decidiu demitir o ministro da Defesa, general Ariel Sharon, na sequência das pressões internas e externas que levaram à formação de uma Comissão de inquérito sobre os massacres de palestinianos no Líbano, dos quais são responsáveis Sharon, o governo e a hierarquia militar sionistas directamente implicados no caso.

11
Sexta-feira



Pesca só para portugueses

Cai neve em grande parte do território continental, incluindo o sul, devido a um repentino abaixamento de temperatura; regiões como o Ribatejo e Alentejo e a Estremadura assistem assim a um espectáculo invulgar cuja única desvantagem será um eventual prejuízo para a agricultura. ■ A Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas defende, em conferência de Imprensa, que só os pescadores portugueses possam pescar nas 12 milhas de águas territoriais, com excepção dos acordos fronteiriços a estabelecer com Espanha para os rios Minho e Guadiana; a federação não aceita que «o mar português seja vendido a troco de falsas contrapartidas económicas» e acusa o secretário de Estado das Pescas de «miopia política» e «incompetência». ■ Os trabalhadores da Carris, Metropolitano e CP marcam novas greves para os próximos dias, em luta por novos salários. ■ Um atentado contra o movimento «paz agora» de Israel quando milhares de simpatizantes se concentravam frente à sede do governo israelita exigindo a demissão do governo de Begin e a retirada do Líbano, provoca um morto e vários feridos; o rabino Meir Kahana, dirigente de um grupúsculo de extrema-direita, seria detido sob a acusação de ser o instigador do atentado; mais tarde seria libertado, como tem acontecido em situações semelhantes. ■ O vice-presidente norte-americano reconhece ao «Washington Post» que os aliados europeus dos EUA estão interessados num compromisso com a URSS sobre a instalação de euromísseis.

12
Sábado

Realiza-se em Cascais um almoço promovido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, onde participaram representantes da CGTP-IN, UGT, CIP, AIP, Associação Industrial Portuguesa e Confederação do Comércio; Joaquim Leiria, porta-voz da Presidência, afirmaria no final do encontro que «o objectivo do Presidente da República em convidar para um almoço os representantes dos parceiros sociais foi plenamente conseguido», acrescentando que o «prato-forte» do encontro foi o diálogo. ■ Em Tel-Aviv destilam milhares de pessoas pelas ruas exigindo a demissão em bloco do governo de Begin e a retirada das forças sionistas do Líbano.

13
Domingo



Ataque do Governo à CP

Um comunicado do Organismo de Direcção do Sector dos Transportes da ORL do PCP considera que as medidas preconizadas pelo demitido Governo «AD» para a CP «se levadas à prática, constituiriam mais um atentado aos interesses e direitos das populações do interior do País», alertando para o facto de o encerramento de linhas de caminho de ferro, pretendido pelo actual Governo demitido, é uma medida política de fundo que ultrapassa de longe as competências de mera gestão corrente do actual executivo. ■ O ministro da Defesa israelita, Ariel Sharon, que ontem foi demitido, «transita» para ministro sem pasta responsável pelos assuntos relacionados com o Líbano e os territórios ocupados da Cisjordânia, isto é, fica à frente das questões que conduziram à sua demissão. ■ Recende-se e agrava-se o conflito irano-iraquiano, na sequência de uma ofensiva começada pelo Irão há cerca de uma semana.

14
Segunda-feira

O submarino nuclear norte-americano «Henry Clay» deixa o Tejo após uma visita de três dias «para reabastecimento»; o matutino lisboeta «o diário», contactando o Estado-Maior da Armada, recebeu como resposta que a visita deste engenho equipado com armas nucleares fora autorizado ao abrigo de um acordo da NATO subscrito pelo Governo português; o mesmo matutino contactaria ainda o marechal Costa Gomes, que consideraria que a presença de armas nucleares em águas portuguesas «assenta concerteza em acordos secretos que existam nesse sentido, já que nada nos obriga, pelo facto de pertencermos à NATO, a deixarmos utilizar o nosso território para a passagem ou estacionamento de armas nucleares». ■ O presidente de Chipre, Spyros Achilles Kyprianos, é reeleito para um novo mandato de cinco anos com os votos do seu Partido Democrático e do Partido AKEL (comunista), que juntos obtiveram 56,54% dos votos expressos.

Editorial

ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA COM O PCP! COMUNISTAS NO GOVERNO!

A publicação neste número do «Avante!» das teses para a Conferência Nacional do PCP de 5 de Março traz para a primeira linha de preocupações a preparação imediata e activa das eleições antecipadas de 25 de Abril.

A menos de 70 dias, impõe-se uma rápida tomada de consciência acerca do carácter decisivo desta importante batalha eleitoral para uma alternativa democrática sem a qual é impossível superar a crise política, económica e social em que a «AD» mergulhou o País.

O exame pelo Comité Central do PCP em 28 de Janeiro da situação criada pela dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições antecipadas por decisão do Presidente Eanes permitiu o esclarecimento político positivo e essencial das novas perspectivas abertas ao movimento popular e democrático e das condições favoráveis para uma mudança real e profunda da política portuguesa.

No plano interno, as medidas preparatórias avançadas pelo Comité Central e já em plena realização permitiram o arranque e a dinamização de todo o trabalho dos comunistas, primeiro a nível das Direcções Regionais, depois na mobilização de milhares de quadros e organismos intermédios para as tarefas imediatas.

A necessária tomada de consciência opera-se agora — no que respeita ao PCP — em novas áreas de dinamização política com a realização de centenas de plênários de organização e, ao nível das massas, com o lançamento de uma campanha nacional de esclarecimento em que participam já milhares de democratas.

A compreensão da importância política das eleições antecipadas começa a transformar-se em acção, a impulsionar estruturas, a gravar nas massas a convicção de que o decisivo para uma verdadeira viragem democrática na situação nacional é o avanço da APU nas eleições de 25 de Abril.

A Conferência de 5 de Março definirá as linhas programáticas do PCP para a campanha eleitoral e as suas propostas políticas ao País.

A Conferência representará um novo arranque qualitativo para o aumento do número de votos na APU e do número de deputados do PCP e do MDP/CDE sem o que são impensáveis uma alternativa democrática de política e de Governo e uma mudança real e profunda na situação portuguesa.

A evolução da crise política confirma o acerto da análise e das propostas do PCP.

A «AD» está a revelar-se aos olhos do Povo português aquilo que sempre foi de maneira encapotada: uma coligação celerada de gente apostada em servir a clientela política e não o País cujos interesses no Governo eram (e são) ainda porque Governo ainda são) os dos grandes potenciais financeiros sem pátria e das classes parasitárias a que pertencem e não os do Povo.

A «AD» é um cadáver político que alguns tentam ainda ressuscitar. Mas o que ressuscitariam, se tal fosse possível, era um projecto e uma prática política fraudulenta e inteiramente desacreditados perante o Povo e o País.

Um fosso povoado de jacaras alarga-se entre os partidos da coligação; dentro dela «marchais» sem exercício esbracçam uns contra os outros, os amantes mais venais procuram novos amigos.

Como qualquer empresa capitalista em estado de falência cujos «capitães» desertaram, o CDS nomeou um «conselho de gestão» para gerir a «massa falida» até ao Congresso.

«A minha preocupação — diz o ainda ministro das taxar moderadoras e homem de confiança dos Mellós, Luis Barbosa — é conseguir consensos e os lugares adequados para Lucas Pires e Adriano Moreira».

O PSD tem ainda direcção e presidente nominal em exercício — o inepto Balsemão — mas cada tendência que se digladiou no seu seio, num «saúdável pluralismo» como eles lhes chamam, tem a sua clique dirigente de políticos mais ou menos comprometidos nos sucessivos governos

e na fraude política da «AD» e agora com representação no «conselho dos notáveis» que se esforça por definir o «perfil global» das personalidades a incluir no próximo elenco dirigente.

A «AD» afunda-se na falência política, na escandaleira, nos tráficos de influência mas não está ainda definitivamente derrotada. As forças que representa são os inimigos principais da democracia e do 25 de Abril, os inimigos de classe dos trabalhadores e das classes e camadas intermédias do Povo; dispõem ainda de importantes recursos e apoios financeiros e sociais dentro e fora do País e principalmente tem ainda as rédeas do Governo e da comunicação social estatalizada que usarão (e já estão a usar) como em eleições anteriores) em benefício dos seus objectivos eleitoralistas.

Substituir este inimigo principal, aquele a quem se deve opor uma alternativa democrática de política e de governo, seria extremamente perigoso para a democracia e para as conquistas de Abril.

Derrotar a «AD» coligada ou desunida, e os partidos que a compõem — o PSD e o CDS — é o objectivo número um de todos os democratas e patriotas nas eleições antecipadas de 25 de Abril.

É porém, necessário alertar os portugueses para um outro perigo latente que está a tomar vulto e pode comprometer decisivamente uma verdadeira alternativa democrática à política e ao Governo da «AD» se não for desde já activamente combatido.

Referimo-nos aos propósitos enunciados, às ilusões eleitoralistas semeadas, ao anticomunismo sob nova farpela e à política de alianças esboçada e possivelmente já tramada nos bastidores da alta finança e do imperialismo, nos círculos hostis à democracia portuguesa e ao 25 de Abril preocupados com a derrocada da «AD», que se afirmam e se podem detectar das bandas do PS e de Mário Soares, seu secretário-geral, e de outros dirigentes socialistas da ala direita do partido.

O PS está visivelmente empenhado numa vasta operação demagógica, oportunista e revisionista, no plano interno e no plano externo, destinada a inviabilizar uma alternativa democrática verdadeira à política antinacional e antipopular da «AD».

O PS e Mário Soares com outros dirigentes socialistas encaram abertamente uma aliança com o PSD e mesmo com o CDS desfretilizado para depois das eleições no caso mais que provável de não obter a maioria absoluta, que enganadoramente agita para as eleições antecipadas de 25 de Abril.

O PS/Mário Soares pretende «branquear» o reaccionarismo dos círculos dirigentes da «AD» para abrir as portas a uma aliança pós-eleitoral de governo com a direita, orientada contra os trabalhadores e o seu partido de classe — o PCP — que reforçou o seu prestígio e autoridade nas últimas eleições de 12 de Dezembro.

A social democratização do PS à direita é a tendência dominante da actividade actual dos dirigentes soaristas quer na revisão do programa do partido, quer na segregação de prestígiados socialistas recalitrantes à linha de Mário Soares na elaboração da lista de deputados que aconteceu já em Aveiro e Castelo Branco, quer na política externa.

Neste capítulo é significativo que Mário Soares — que acusa gratuitamente o PCP de «dependência de um país estrangeiro» — se prepare para fazer participar Gonzalez e o PSOE e toda a Internacional Socialista na sua campanha eleitoral. A descarada ingerência estrangeira na política portuguesa pela mão de Mário Soares e do PS é um facto adquirido.

É sintomático da «opção zero» de Mário Soares que no regresso na sua viagem ao Próximo Oriente à frente de uma delegação da IS tenha reprovado a política de Begin

no aspecto em que «fortalece e não enfraquece a OLP» (1) e que tenha atacado de maneira soez a realização em Portugal da próxima Conferência dos Estados da Linha da Frente contra o apartheid em que participam numerosos e prestigiados socialistas.

É admissível que muitos dos desiludidos reaccionários da «AD» se voltem com esperança para Mário Soares e votem no PS contra a democracia, contra os trabalhadores e contra o PCP.

Deve porém tornar-se claro para todos os democratas iludidos com a demagogia de Mário Soares que o voto no PS nas eleições de 25 de Abril seria um voto na política de alianças com a direita e na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que foi a do PS como partido de governo de 1976 a 1979.

Os socialistas estão a tempo de emendar a mão e escolherem o rumo que melhor sirva a democracia portuguesa e as conquistas de Abril.

Como se diz nas teses para a Conferência Nacional do PCP «Após as eleições, o PS só poderá dar uma contribuição positiva a uma alternativa democrática se

- a) romper as alianças com a direita;
- b) aceitar finalmente chegar a um acordo com as outras forças democráticas, designadamente com o PCP.

A campanha eleitoral vai reflectir a grave crise económica e social que o Governo «AD» acarretou ao País.

A manutenção do Governo Balsemão como governo de gestão no período eleitoral, com o ministro das polícias Angelo Correia à frente do MAI e Alfaia como secretário de Estado para a comunicação social é um foco potencial de fraude e de antidemocrática do acto eleitoral.

Por outro lado a disputa eleitoralista no próprio seio do Governo entre o PSD e o CDS — como se verificou recentemente na apresentação do «plano energético» por Baíão Horta, possivelmente interessado numa nova «operação Siderurgia» na hipótese das centrais nucleares, acto que motivou irritações de Balsemão — ameaça defraudar numa escala ainda superior às eleições anteriores os recursos do Estado.

A persistência da política antioperária de Balsemão e Salgueiro que pretendem impor pela força e pela recusa à negociação o tecto salarial de 17% constitui um factor de degradação progressiva da situação social.

As justas greves dos trabalhadores dos transportes urbanos, ferroviários e rodoviários contra a temerosa recusa do Governo de atender as sentidas reivindicações deste sector laboral — que não podem deixar de acarretar perturbações à vida nacional — são o único recurso dos trabalhadores para fazerem ouvir a sua voz.

As nenhuma medidas para obrigar o patronato a pagar os salários em atraso de dezenas de milhares de trabalhadores (mais de 50 000) entre os quais os operários da Fontela, com nove meses sem salários e os da CIFA com mais de três meses, criam uma situação profundamente grave e dramática a milhares de famílias e por reflexo ao pequeno comércio.

As choradeiras dos ministros em gestão e dos grandes possuidores de dinheiro que organizaram a fuga de capitais para fora do País — só os depósitos na Suíça são avaliados em 170 milhões de contos — contra as greves e a «quebra nos investimentos» são lágrimas de crocodilo que não convencem ninguém.

As eleições de 25 de Abril podem abrir o caminho a uma nova política, a um novo governo, a uma alternativa democrática à «AD».

Nesta política, neste governo, nesta alternativa têm de estar os trabalhadores representados pelo seu partido de classe — o PCP.

A participação de comunistas no Governo é uma exigência que emerge com cada vez mais força do seio do povo e das realidades do País.

PCP

Reunião ampliada da DORL

No final da reunião realizada na passada segunda-feira, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP divulgou o seguinte comunicado:

1 — A reunião ampliada da DORL do PCP realizada hoje no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes contou com a participação de 150 quadros, entre os quais os responsáveis do trabalho do Partido em todos os concelhos, sectores e frentes de trabalho no distrito.

Participaram nos trabalhos Octávio Palo e José Casanova da Comissão Política.

2 — Numa primeira parte a reunião debruçou-se sobre vários aspectos do trabalho de direcção, tendo nomeadamente constatado:



Iniciativas do Partido

● **Carnide** — Sessão de esclarecimento promovida pela C. Freguesia de Carnide do PCP, amanhã, às 21 e 30, na Junta de Freguesia. Participação do camarada José Bernardino, do CC.

● **Benfica** — Sessão de esclarecimento amanhã, às 21 e 30, na A. Recreativa do Charquinho. Participação do camarada José Casanova, da C. Política do CC.

● **S. Domingos de Benfica** — Sessão de esclarecimento amanhã, às 21 e 30, no Salão das Furnas. Participação de Domingos Lopes, da Secção Internacional do Partido.

● **Póvoa de S.º Adrião** — Sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia, amanhã, às 21 e 30, com José Casanova.

● **Loures** — Encontro às 13 horas com os trabalhado-

res da empresa Unalbor, com Marques Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Loures. As 21 e 30, sessão de esclarecimento no refeitório dos trabalhadores da CM, com Aurélio Santos, do CC.

● **Pontinha** — Plenário de militantes comunistas, dia 26, às 21 horas.

● **Caneças** — Plenário de militantes comunistas, dia 25, às 21 e 30.

● **Serra da Luz (Loures)** — Plenário de militantes do PCP no sábado, às 21 e 30.

● **Tojal** — Plenário de militantes comunistas de S. Julião e S. Antão do Tojal, sábado, às 21 horas.

● **Santarem** — Os comunistas de Santarem estão a organizar uma jornada de convívio para o dia 6 de Março, data do 62.º aniversário do PCP. A iniciativa, incluin-

do almoço de confraternização, decorrerá na Casa do Campino, na cidade de Santarem, com início às 13 horas.

● **Marinha Grande** — Sessão sobre o 52.º aniversário do «Avante!», sábado às 21 e 30, no salão do CT do PCP na M. Grande, com Dias Lourenço, da C. Política do CC e director do nosso jornal. Na parte da manhã,

venda militante do «Avante!» no mercado da vila. Iniciativas da Comissão Inicial do PCP.

● **Figueira da Foz** — Sessão pública no Centro de Trabalho da Figueira, amanhã, às 21 e 30, com Vasco Paiva, do CC.

● **Vila Verde** — Sessão com Jaime Serra, da C. Política do CC, no sábado, às 21 e 30.

3 — Na segunda parte da reunião foram discutidos vários aspectos do trabalho relacionado com as eleições. Assim:

a) — foi discutido o resultado das últimas eleições autárquicas, a derrota da «AD», a vitória da APU e as reais possibilidades de aprofundar estes resultados nas próximas eleições;

b) — foi confirmada a análise dos resultados eleitorais no distrito, onde avultam os melhores resultados de sempre da APU;

c) — discutiu-se o importante contributo dos resultados eleitorais do distrito para os resultados nacionais e constatou-se que isso impõe medidas para arrancar desde já com todo o trabalho com vista às eleições em 25 de Abril;

d) foi analisado o comportamento dos grandes meios de comunicação social do Estado em relação à interpretação dos resultados eleitorais de 12 de Dezembro, à evolução da crise da «AD» e à situação pré-eleitoral em que vivemos, constatando-se que, em geral:

— omitiram o papel da luta dos trabalhadores e do fracasso da política da «AD» na degradação da «AD» e demissão do seu governo, optando pela «fulanização» da política, pelos episódios de gabinete para justificar a evolução da situação política;

— omitiram o peso do PCP nesta situação, o seu peso eleitoral e social na sociedade portuguesa, a sua capacidade provada para resolver problemas, esconderam a sua existência e furtaram-se ao debate das suas opiniões e propostas;

— ofendem a objectividade e o pluralismo impondo situações artificiais como, sejam a de que as alternativas do poder se esgotam no PS ou na «AD», já de si reflexo da partilha de influências em alguns desses órgãos;

— manipulam a informação com o objectivo de desprestigiar os comunistas e as lutas dos trabalhadores, recorrendo a insinuações e falsificações sobre factos nacionais e internacionais, etc.

e) — foi dado conta do conjunto de medidas tomadas pela DORL em relação às próximas eleições, em particular de organização e quadros, propagação e fundos.

f) — foi discutido o trabalho preparatório no distrito para a Conferência Nacional do PCP a realizar em 5 de Março próximo.

Da Madeira para o «Avante!»

Reunidos na sessão comemorativa do 52.º aniversário do «Avante!», militantes e simpatizantes do PCP no Funchal, Região Autónoma da Madeira, enviaram à direcção do nosso jornal a seguinte mensagem que, desde já, agradecemos e com a qual nos congratulamos:

«Saudamos calorosamente mais este aniversário do órgão central do nosso Partido.

Exortamos o papel de agitação e propagação, formação ideológica, organização, esclarecimento e de difusão dos objectivos do partido que o «Avante!» tem desempenhado durante os seus 52 anos de vida, em especial aqueles passados na clandestinidade. Exortamos o seu contributo para o derrube do fascismo e o seu papel na derrota da «AD».

«Reafirmamos o nosso empenho na difusão do «Avante!» de modo a que ele se implante cada vez mais no seio dos trabalhadores da nossa região».

Funchal, 12 de Fevereiro de 1983

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa. CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 639308.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcazar de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heská Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Trâçgem do mês de Janeiro: 47 300

Trabalhadores

Tónicas gerais das lutas

Defesa do nível de vida

Crescente reforço da unidade

• Previstas novas greves nos transportes

Novas paralisações nos transportes urbanos, anunciadas já no princípio desta semana, depois das greves de 7 e 8 do corrente com uma adesão total no sector e os consequentes resultados bem sentidos por muita gente, a luta contra o desemprego e o encerramento de empresas (ver neste número reportagem sobre a Vidreira de Fontela) a defesa dos postos de trabalho em empresas nacionalizadas, como é o caso da CTM, a movimentação sindical na Função Pública em defesa do nível de vida, a reorganização e o crescente reforço da unidade em sectores como os escritórios, professores, bancários — com eleições hoje no SBSI — formas de luta adequadas a cada caso e situação, iniciativas mais persistentes junto dos órgãos do Poder, maior movimentação sindical caracterizam na generalidade a acção dos Sindicatos e a luta que acompanha a preparação nacional do IV Congresso da CGTP-IN (artigo no Suplemento).

Apesar das medidas do governo dito de gestão contra o aumento dos salários e a favor da carestia, apesar da repressão e até do uso da violência, como há dias em Valongo, as propostas de revisão das tabelas salariais que os trabalhadores e as suas organizações representativas apresentam ao patronato e às administrações continuam a caracterizar-se pela inevitável recusa do tecto salarial «AD» e pela pronta resposta às tentativas para impor percentagens de aumento irrealistas que conduzem a paralisações e outras formas de luta evitáveis com outra política e outras razões no interesse do País.

Como sucedeu ainda recentemente nos CTT e na CNP — grandes empresas públicas, como se sabe — tenta-se, ao mesmo tempo, privar os trabalhadores das suas organizações representativas nos locais de trabalho, proibindo plênários e outras formas organizadas de intervir. Sem outro resultado, aliás, que não seja a criação de conflitos que desviam os objectivos das lutas e prejudicam os próprios interesses das empresas, essas tentativas inserem-se como sempre na ilegalidade de fundo que consiste em reduzir a zero a vida democrática no local de trabalho, a organização legal e eficaz dos trabalhadores para defesa do interesse comum.

Essas tentativas de gerências, gestões, administrações e demais patronato têm falhado generalizadamente. Não que a repressão organizada tenha começado a poupar os representantes eleitos pelos trabalhadores. Pelo contrário. O que se tem verificado é que quanto maiores são as empresas e maiores responsabilidades deveriam ser exigidas aos seus administradores, quanto à capacidade de diálogo e de negociação, menos essas quali-

dades têm aparecido, preferindo-se usar da suspensão, do processo disciplinar, do despedimento. Em vez do respeito devido à função de delegado e de dirigente sindical, em vez do apoio legal às organizações representativas dos trabalhadores, o que se verifica é a tentativa constante de as desprestigiar, de fomentar a divisão, de afastar os trabalhadores da defesa organizada dos seus interesses. Numá época em que tanto se fala de empresários modernos, actualizados, «pátronizados» pela Europa, desperdiçam-se é cada vez mais energias e tempo e dinheiro para combater a organização dos trabalhadores. Quando a mínima dose de bom senso pareceria aconselhar para bem da empresa que as ORTs fossem ouvidas e agissem com independência, o que continua a verificar-se é a eterna aposta na divisão, o eterno recurso à ameaça, à coacção, e até à violência física contra representantes eleitos pelos seus companheiros de trabalho para actuarem legalmente junto dos patrões.

A imposição do tecto salarial e a miséria do aumento dos salários mínimos só vieram agravar essa tendência para a repressão da vida sindical e da organização dos trabalhadores nas empresas e nos sectores.

O caso da Função Pública

A Função Pública é realmente um caso. Ainda há pouco mais de um ano dois dirigentes sindicais do sector foram detidos, julgados em tribunal e absolvidos do «crime» de exercerem precisamente as funções para que tinham sido eleitos. Mas nem por estranho o facto parece ter servido de exemplo. Depois disso qualquer entrevista com um ministro, um secretário de Estado, um chefe de gabinete continuou a exigir esforços e mais esforços, até

concentrações à porta de ministérios e outras formas de luta para que os Sindicatos consigam negociar.

Mas vindo bem quem acaba sempre por «levar com a porta na cara» são os que, pretendendo ganhar tempo, protelam as negociações, impõem tabelas, empurram os trabalhadores e as suas organizações para formas de luta a partir de condições evitáveis como quem tenta medir o pulso, protelar, desgastar.

Na CTM (Companhia de Transportes Marítimos) onde também os trabalhadores se têm visto na contingência de permanecer alerta e mobilizados para a luta em defesa dos postos de trabalho, continua a ameaça de desmembramento da empresa em benefício do grande capital privado e grande perda para as nacionalizações e os empregos. A célula do PCP na CTM apela aos trabalhadores no sentido de resistirem por todos os meios à tentativa de fazer recair sobre eles — e só sobre eles — os erros, as incapacidades e as «crises» que são da responsabilidade das gestões e do capitalismo. «A CTM não tem trabalhadores a mais, sublinha a célula. Quem lá está a mais é um conselho de gerência e um governo igualmente incompetente e incapazes de resolver os problemas da empresa e dos trabalhadores».

Postos de trabalho ameaçados; salários em atraso; instabilidade provocada por má gestão; atitudes e actos repressivos contra trabalhadores prestigiados, delegados e dirigentes sindicais; defesa de salários justos e capazes de enfrentar o aumento assustador do custo de vida continuam no centro das lutas desenvolvidas em dezenas de empresas, como a Cabos Ávila, Oleiros de Alcabça, Calma e Silvicaíma, Kallen e outras.

A semelhança de numerosas tomadas de posição, quer de células, quer de organizações regionais do PCP, o Partido tem participado através dos seus militantes nas lutas em curso. Na Casa Hipólito, segundo a Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP, quatro delegados sindicais despedidos em Julho de 1981 e mandados reintegrar nos seus postos de trabalho pelo tribunal continuavam no princípio desta semana impedidos de entrar na empresa onde em 26 de Janeiro finda a maioria dos mais de mil trabalhadores da empresa votaram numa lista unitária, elegendo uma nova Comissão de Trabalhadores.

Transportes CTM e outras lutas

Na Carris, no Metropolitan e na CP novas greves estão previstas pelos mesmos motivos das anteriores. A contratação colectiva e as margens que continuam a separar as propostas de aumentos salariais da parte do Governo e dos sindicatos forçam de novo muitos milhares de trabalhadores desse serviço público a recorrerem à greve — forma de luta pela qual responsabilizam totalmente o Governo e os conselhos de gerência, que mantêm a intransigência inicial. O recurso à greve é justo e indispensável.

O Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP distribuiu entre tanto uma nota à comunicação social analisando a situação na CP e acusando nomeadamente o ministro dos Transportes e o

Governo de «grandes responsabilidades nos maus serviços prestados» pela Companhia. Salienta a nota: «A título de exemplo bastará referir o facto de na linha de Sintra, entre as 8 e as 9 da manhã, só chegarem 13 comboios ao Rossio, quando podiam chegar 16 (mais 23% de oferta), porque o ministro bloqueou durante dois anos o financiamento para a construção de material circulante».

Na CTM (Companhia de Transportes Marítimos) onde também os trabalhadores se têm visto na contingência de permanecer alerta e mobilizados para a luta em defesa dos postos de trabalho, continua a ameaça de desmembramento da empresa em benefício do grande capital privado e grande perda para as nacionalizações e os empregos. A célula do PCP na CTM apela aos trabalhadores no sentido de resistirem por todos os meios à tentativa de fazer recair sobre eles — e só sobre eles — os erros, as incapacidades e as «crises» que são da responsabilidade das gestões e do capitalismo. «A CTM não tem trabalhadores a mais, sublinha a célula. Quem lá está a mais é um conselho de gerência e um governo igualmente incompetente e incapazes de resolver os problemas da empresa e dos trabalhadores».

Postos de trabalho ameaçados; salários em atraso; instabilidade provocada por má gestão; atitudes e actos repressivos contra trabalhadores prestigiados, delegados e dirigentes sindicais; defesa de salários justos e capazes de enfrentar o aumento assustador do custo de vida continuam no centro das lutas desenvolvidas em dezenas de empresas, como a Cabos Ávila, Oleiros de Alcabça, Calma e Silvicaíma, Kallen e outras.

A semelhança de numerosas tomadas de posição, quer de células, quer de organizações regionais do PCP, o Partido tem participado através dos seus militantes nas lutas em curso. Na Casa Hipólito, segundo a Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP, quatro delegados sindicais despedidos em Julho de 1981 e mandados reintegrar nos seus postos de trabalho pelo tribunal continuavam no princípio desta semana impedidos de entrar na empresa onde em 26 de Janeiro finda a maioria dos mais de mil trabalhadores da empresa votaram numa lista unitária, elegendo uma nova Comissão de Trabalhadores.

Fontela

«Trabalhadores da Vidreira morrerão mas não de fome»

«Trabalhadores da Vidreira morrerão mas não de fome» era a frase que se podia ler nos diversos painos colocados pelos trabalhadores daquela empresa nas ruas da Figueira da Foz, durante a tarde da passada segunda-feira.

Mais de uma centena de operários daquela importante empresa vidreira e que há cerca de sete meses não recebem salários, colocaram faixas com os dizeres acima referidos nos principais pontos daquela cidade, nomeadamente à entrada da povoação, na Praça da Constituição (fronteira à Câmara Municipal), frente ao mercado e ainda frente ao Grande Hotel.

Empunhando bandeiras negras, homens e mulheres percorreram as ruas da Figueira sempre sob a vigilância da PSP que se fazia transportar numa carrinha. Aliás, a PSP local mantém uma vigilância permanente às instalações da fábrica para procurar detectar qualquer movimentação dos trabalhadores. Dia e noite é visível uma carrinha azul nas proximidades da Vidreira da Fontela.

Esta vigilância acentuou-se quando no último sábado os trabalhadores da fábrica, que não lutam só pelos salários em atraso mas também pela viabilização da empresa, onde ainda recentemente foram investidos cerca de 600 mil contos num forno novo (um dos melhores da Europa e ao qual apenas falta um investimento final de 50 mil contos para começar a funcionar) ocuparam simbolicamente algumas das instalações do Casino Peninsular da Figueira da Foz.

Na altura foram ocupados o «hall» e o salão de festas onde decorria um animado jantar oferecido pela administração do casino a convidados especiais. Este jantar integrava-se numa habitual festa anual de

cinco dias oferecida pela administração do casino a comerciantes e industriais da região e de outros pontos do país bem como do país vizinho. Como resultado muitos dos convidados fizeram as malas e partiram para o Algarve.

Esta ocupação do casino pelos trabalhadores não foi uma acção despida de significado. Com efeito, o principal administrador da Sociedade Figueira-Praia, detentora do casino e outros empreendimentos turísticos na região, Fernando Ribeiro, fora até meados do ano passado administrador da Empresa Vidreira da Fontela, tendo-se demitido quando os trabalhadores iniciaram a luta pela manutenção dos postos de trabalho.

Escusado será dizer que Fernando Ribeiro conseguiu evitar o encontro com os trabalhadores. E a partir desse dia elementos do Corpo de Intervenção da PSP de Coimbra guardam zelosamente as instalações do Casino, sem que sejam vistos do exterior.

agudizar as suas formas de luta, luta justa aliás pois a viabilidade da empresa já foi confirmada pelo organismo do Estado que superintende nesses assuntos.

Só não foi concretizada pela posição irredutível da administração do Banco Português do Atlântico, principal credor da empresa, que se tem negado mesmo a comparecer às reuniões para que foi convocada para desbloquear a situação. De referir ainda que a eventual queda da Vidreira da Fontela — que os trabalhadores acreditam não se vai verificar face à determinação com que estão empenhados na batalha pelos postos de trabalho — arrastaria outras empresas, inclusive na Marinha Grande, para além de afectar grande parte do pequeno comércio tanto de Vila Verde, localidade onde o grosso dos trabalhadores da empresa, como da Figueira da Foz.

Chamando a atenção para a situação em que os colocaram e denunciando a quebra de compromisso por parte da administração do BPA os tra-

balhadores, em fins de Dezembro, cortaram a estrada nacional 109, no topo norte da ponte. A 25 de Janeiro ocuparam as instalações da dependência do BPA na Figueira. Quarta-feira passada cortaram a circulação de comboios na linha do Oeste e ainda as estradas que dão acesso à Figueira. Nesse mesmo dia a agência do BPA na Marinha Grande era ocupada por trabalhadores e nas principais agências desse banco (Lisboa, Porto, Coimbra e outras) era distribuída documentação referenciando a luta dos operários da Fontela. No sábado foi a vez do casino e segunda-feira eram colocados os painos na cidade realfirmado a determinação de continuarem a luta.

Os trabalhadores da Fontela não estão isolados. É visível a solidariedade da população da cidade. E as recolhas de géneros alimentícios traduzem-se em cabazes de sardinha, pão, vinho e outros alimentos, contributo valioso para a quase totalidade dos trabalhadores que dia e noite estão de vigília nas instalações da fábrica e acreditam na vitória.



PCP

Concelho de Vila da Feira

Medidas objectivas para reforçar a organização do Partido

O recrutamento de 100 novos camaradas até ao fim deste ano foi uma das decisões tomadas no recente plenário de militantes comunistas da organização de Vila da Feira (distrito de Aveiro). Além das medidas de organização contidas num documento de conclusões, o plenário analisou os resultados das eleições de 12 de Dezembro e debateu questões relacionadas com o vasto trabalho político que é necessário desenvolver para a próxima batalha eleitoral.

Salienta-nos a Comissão Concelhia do PCP que foi apontada a necessidade dum «boa programação da campanha baseada nas experiências negativas e positivas obtidas na campanha para as recentes eleições autárquicas».

«Conclui-se também», acrescenta a Comissão de Vila da Feira, «que a organização do Partido no concelho está em condições de dar um grande contributo para a derrota da direita e para o reforço da APU nas próximas eleições».

Criar 3 Comissões Interfreguesias

No âmbito das medidas apontadas para o reforço da organização do PCP, condição essencial ao cumprimento das tarefas e à maior ligação do Partido às massas, o plenário decidiu levar a cabo as seguintes direcções de trabalho:

- Reforçar a Comissão Coordenadora das células de empresa com mais quadros;
- Melhorar o funcionamento das células de empresa existentes e criar novas células;
- Criar comissões para os sectores da construção civil, madeiras e cerâmicos, do calçado, dos empregados de escritório e do comércio, tendo em conta as importantes tarefas a desenvolver nestes sectores no presente momento;
- Continuar a publicação do boletim das células de empresa «O Reforço», melhoran-

do o seu conteúdo e apresentação;

- Reforçar com novos quadros e melhorar o funcionamento das Comissões de Freguesia existentes e criar organização do PCP em mais freguesias;
- Criar 3 comissões Interfreguesias que integrem as seguintes freguesias: V. Feira, S. João de Vêr, Sanfins, Es-

a revelação de muitos simpatizantes do Partido obtida com o processo eleitoral das autárquias. A Comissão Concelhia propõe uma meta de 100 recrutamentos até ao final do ano;

- Dar grande atenção à cobrança das quotizações, pois embora tenha havido uma significativa melhoria, principalmente nas células de empresa, continuam a haver muitos camaradas com as quotas em atraso;
- Resolver com urgência a falta do «Avante!» e do «Militante» na organização e regularizar o seu pagamento;
- Dar grande atenção à formação ideológica dos militantes do Partido.
- Dar maior atenção à frente

- Publicar um boletim mensal para dar a conhecer à população toda a actividade dos eleitos da APU nas autárquias;
- Dar grande divulgação à experiência da Junta APU de Flães;
- Dar grande atenção às frentes de trabalho de Mulheres e da Juventude;
- Resolver com urgência o problema da falta de um Centro de Trabalho do Partido no concelho;
- Reforçar a Comissão Concelhia.

Em relação a este último ponto, é de salientar que foi aprovada na altura uma proposta de alargamento da Comissão Concelhia, que, entretanto, refere ao «Avante!».

«A Comissão Concelhia ao propor o seu alargamento tem em consideração as crescentes tarefas e responsabilidades do Partido no concelho, o desenvolvimento da organização (que em Dezembro contava com 538 membros), o grande aumento de organismos que dirige (38 em Dezembro) e as grandes potencialidades que existem para reforçar o PCP e a sua acção junto dos trabalhadores e das populações.

«Ao propor o seu alargamento» — proposta aprovada em recente plenário de militantes — «a Comissão Concelhia de Vila da Feira tem em consideração as crescentes tarefas e responsabilidades do Partido no concelho, o desenvolvimento da organização (que em Dezembro de 82 contava com 538 membros) o grande aumento de organismos que dirige (38 em Dezembro) e as grandes potencialidades que existem para reforçar o PCP e a sua acção junto dos trabalhadores e das populações».

Vila da Feira é um dos 19 concelhos do distrito de Aveiro. Tem mais de 110 mil habitantes e ocupa uma área de 210,00 quilómetros quadrados. Distância de 40 quilómetros da cidade de Aveiro.

capães, Fornos, Mosteiro, Espargo, Travanca, Souto, Lamas, P. Brandão, Moselos, Nogueira, S. Jorge, Lobão, Vila Maior, Canedo e Sanguedo.

- Manter e mesmo aumentar o ritmo de recrutamento de novos militantes conseguido durante o ano de 1982 (93 recrutamentos), tendo em conta

de trabalho do Poder Local, criando um gabinete de Autárquias que estude permanentemente os problemas relacionados com esta frente, reunindo regularmente com todos os eleitos e tentando reunir também de forma regular com todos os candidatos das listas da APU;

Moita

II Assembleia Concelhia a 13 de Março

Através de múltiplas iniciativas — reuniões, encontros, plenários, assembleias e outras realizações — os comunistas do concelho da Moita (distrito de Setúbal) prosseguem com empenho a intensa actividade de preparação e mobilização para a II Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Moita, que se efectuará dia 13 de Março.

A Assembleia tem como lema «Aprofundar a Organização, Reforçar o Partido, Continuar Abril». Os seus trabalhos decorrerão na sociedade «Capricho Moitense», avançando-se agora para a discussão do Relatório da Comissão Concelhia e eleição dos delegados.

É de salientar, a propósito, a realização de iniciativas promovidas por diversas organizações do PCP no concelho, nomeadamente as Comissões de Freguesia da Baixa da Banheira, da Moita e de Alhos Ve-

dro, as células da Petrogal, dos trabalhadores da Câmara Municipal, dos trabalhadores do sector têxtil e dos moradores comunistas do Vale da Amoreira. Estes levam a efeito no próximo dia 26 a sua 1.ª Assembleia de Célula. No dia seguinte, reúnem os têxteis em Alhos Vedros, às 15 horas.

Amanhã, dia 18, decorrerá no Centro de Trabalho de Sarilhos Pequenos, a partir das 18 horas, uma reunião plenária da célula do PCP da Petrogal.

A II Assembleia dos comunistas do concelho da Moita esteve inicialmente marcada para o dia 6 de Março, tendo depois sido adiada para o dia 13, devido à realização da Conferência Nacional do Partido no dia 5, a qual está a mobilizar as atenções e o empenho de todas as organizações do PCP.

Santarém

«Reforçar a votação e eleger o terceiro deputado da APU pelo distrito de Santarém» — este é um dos objectivos dos comunistas escalabitanos, salientado no plenário distrital de quadros da Organização Regional de Santarém do PCP, que decorreu no passado dia 12.

Durante o plenário foi analisada a situação política e definido um conjunto de tarefas da organização do Partido com vista às eleições antecipadas para a Assembleia da República, em 25 de Abril.

Concelhia de V. Franca do Campo (Açores)

A Comissão Concelhia de Vila Franca do Campo do PCP, na Região Autónoma dos Açores, realizou há dias uma importante reunião em que estiveram presentes camaradas responsáveis das várias freguesias do concelho. Foi analisada a situação política nacional e regional e foram debatidas as propostas da Comissão de Ilha (S. Miguel) e do Executivo da DORAA para o reforço da Aliança Povo Unido no concelho.

Sobre a situação nos Açores, os comunistas de Vila Franca do Campo alertam para «o agravamento do custo de vida e para a onda de despedimentos entre os contratados a prazo».

Sessão Malpica do Tejo

No próximo sábado, dia 19, realiza-se uma sessão de esclarecimento do Partido em Malpica do Tejo. A sessão está marcada para as 21 horas, nas instalações da Casa do Povo. Aparece e leva um amigo.

Agostinho Saboga

• Romagem no domingo

Por iniciativa do Comité Local do PCP da Figueira da Foz realiza-se, no próximo dia 20, domingo, uma romagem à sepultura do camarada Agostinho Saboga. A concentração está prevista para as 10 horas da manhã no Bairro da Estação.

Agostinho Saboga era um militante e funcionário do PCP na clandestinidade, com longos anos de prisão. Natural da Marinha Grande era um operário vidreiro na Figueira da Foz, onde foi profundamente estimado. O Centro de Trabalho do PCP naquela cidade tem o seu nome.

Lisboa

Encontro da 5.ª Zona

No próximo sábado, a partir das 10 horas, realiza-se no Centro de Trabalho de Benfica um Encontro de Quadros da 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

O Encontro funcionar-se em seis secções: organização e propaganda, fundos e Centros de Trabalho, autárquias e células de empresa.

Cerca das 18 horas serão apresentadas as conclusões e usará da palavra o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Os participantes neste encontro poderão recorrer ao almoço-volante que será preparado nas instalações do CP.

Quadros comunistas do Baixo Mondego

Decorreu recentemente em Montemor-o-Velho uma reunião de quadros comunistas da região do Baixo-Mondego.

A análise da situação social na zona motivou um debate vivo e participado, tendo merecido especial relevo a luta dos trabalhadores da Empresa Vidreira da Fontela, à qual os comunistas têm demonstrado a sua firme solidariedade.

Foram ainda traçadas algumas perspectivas de trabalho político para o futuro, nomeadamente face à campanha eleitoral que se avizinha e na qual o PCP e a APU empenharão, uma vez mais, todas as suas capacidades e iniciativas.

Participou nesta reunião de quadros o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Internacional

Chipre, vitória da esquerda

O presidente Kipryanou, de Chipre, foi reeleito nas eleições presidenciais de dia 13, com 56% dos votos do eleitorado cipriota — os votos do seu partido, o Partido Democrático, e o apoio decisivo dos votos dos comunistas, que constituem o mais importante partido de Chipre (o AKEL).

Trata-se, antes do mais, de uma importante vitória das forças de esquerda, tanto mais de realçar quanto a esquerda cipriota não foi unida às eleições, pelo tipo de condicionais colocados pelo partido socialista, que assim impediu um ainda mais esmagador isolamento do candidato apoiado pelas forças reaccionárias e o imperialismo.

Mas há ainda outros aspectos a salientar nestas eleições, que o AKEL afirmou tratar-se das mais difíceis da história do país. Porquê?

Situação internacional

Situada no Mediterrâneo, ponte de ligação ou luíco de confronto entre três continentes — a Europa, a África e a Ásia — Chipre sempre foi e continua a ser, para o imperialismo, um simples ponto estratégico, cobrada base de intervenção ou pressão militar contra os países socialistas e os regimes progressistas do Médio Oriente.

É hoje mais do que nunca. Isso por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o carácter profundamente agressivo e abertamente anticomunista da política seguida pela administração Reagan, que para a sua concretização exige a multiplicação, em simultâneo, de pontos de tensão por esse mundo fora, e de bases militares, maior presença das armas americanas sempre e onde é possível.

Por outro lado, há a considerar a situação criada no Médio Oriente com a invasão e ocupação de facto de território libanês por forças israelitas apoiadas pelos EUA. O que torna Chipre ainda mais "interessante", para o imperialismo, como base militar.

Dai a importância destas eleições, a redobrada importância da vitória da esquerda, numa situação em que uma vitória eleitoral da direita poderia significar de facto a perda da soberania nacional.

A história de Chipre e a realidade actual, provam que tal conclusão é perfeitamente legítima.

Chipre — porquê o problema?

Chipre e uma pequena ilha com pouco mais de 9 mil Km² e uma população de 650 mil

habitantes, englobando dois grupos nacionais: 500 mil cipriotas gregos e 150 mil cipriotas turcos.

O país, sob domínio colonial inglês, adquiriu a independência em Agosto de 1960. Mas em condições particularmente gravosas para o seu futuro. Na verdade a Grã-Bretanha mantém bases militares em Chipre, cuja utilização é ilegalmente facultada aos norte-americanos, e mantém ainda o direito de utilização de estradas, portos, espaço aéreo, para fins militares. Por outro lado, temos os acordos de Zurique e Londres, anteriores à proclamação da independência, em que a Grã-Bretanha, Grécia e Turquia são considerados "garantes" não só da independência como



Chipre — uma forte consciência anti-imperialista

do cumprimento dos preceitos constitucionais. E ainda a inclusão, na Constituição, de disposições abertamente antidemocráticas, como determinadas regalias atribuídas à população de origem turca (18% do total); poder de veto no que respeita à legislação fiscal e política externa. 30% de representação no governo e parlamento, 40%

no exército e forças policiais.

Os esforços no sentido de opôr os dois grupos nacionais e mesmo visando a divisão do país têm sido constantes. Esforços que tiveram os seus "momentos altos", em 1958, por mão do colonialismo britânico, em 1963, pela acção dos serviços secretos norte-americanos, e que em 74 se concretizaram na invasão da ilha por tropas turcas, gerando uma situação extremamente complexa e tensa e que condicionou todo o futuro do país.

Assim, a partir de 1974, o norte do país foi ocupado pela Turquia, numa zona que corresponde a 40% do território nacional e 70% do total da produção nacional. No Sul, governado pelo legítimo governo cipriota, baseado nas forças que conduziram à independência do país, vivem 500 000 cipriotas gregos, dos quais 200 000 são refugiados do Norte. Um número que nos dá bem a dimensão do que quer dizer o problema cipriota.

Realidade política actual

Os resultados das eleições presidenciais inserem-se numa evolução da situação política em Chipre, de reforço das forças de esquerda em geral e do AKEL (comunistas) em particular.

As eleições para o parla-

As propostas para sair da crise

- 1) Retirada de todas as tropas turcas e estrangeiras.
- 2) Respeito pela independência, soberania, integridade territorial, não-alinhamento e desmilitarização de Chipre.
- 3) Regresso dos refugiados aos seus lares — com devolução dos bens e garantia da sua segurança.
- 4) Medidas efectivas a favor dos desaparecidos (2 mil).
- 5) Conversações construtivas entre os representantes das duas comunidades, sob os auspícios do secretariado geral da ONU.
- 6) Garantias efectivas para a independência, soberania, integridade territorial, não-alinhamento e desmilitarização de Chipre.

AKEL

● **AKEL Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre** — fundado em 14 de Abril de 1941, ainda sob a dominação colonial inglesa, na base do Partido Comunista de Chipre (1926-1941).

● **Composição social** — 65% de operários, 17% de camponeses, 12% de pequenos proprietários e artesãos, 5% de intelectuais e outras camadas sociais.

● **Órgão central** — o diário "Haravgi" (Aurora).

● **Forte representação parlamentar** — 12 lugares num total de 35. Desenvolve acção unitária com as várias forças anti-imperialistas, sendo no entanto alvo de discriminações.

PS isolado contra a Conferência recusa solidariedade aos Estados da Linha da Frente

O Partido Socialista persiste, não só a nível nacional mas também no campo da luta internacional pela liberdade e pela justiça, numa estratégia de isolamento. Isolamento em relação aos trabalhadores, às massas populares em Portugal, pois se tem inclinado constantemente para a direita. Isolamento em relação aos povos e aos países progressistas no campo internacional, pois tem aparecido, e teima em continuar, ao lado de forças retrógradas. Para justificar tais posições, inventa motivos bem estranhos. De tal modo estranhos que muitos militantes seus não são sensíveis às razões apresentadas. E que mesmo forças e personalidades que à primeira vista poderiam parecer situar-se à direita da direcção do PS, tomam posições mais avançadas e justas.

Quando se aproximam os dias previstos para a realização em Lisboa da Conferência Internacional de Solidariedade

para com os Estados da Linha da Frente, o Partido Socialista torna a manifestar-se, publicamente, contra tal iniciativa, colocando-se, objectivamente do lado das forças de direita no País e ao lado dos interesses da África do Sul, o país do apartheid, que tantos crimes tem perpetrado contra os povos da África Austral.

O PS tenta desculpar-se perante a opinião pública considerando "negativo que os organismos promotores de tal iniciativa tenham preferido destacar o Conselho Português para a Paz e Cooperação e o bloco que apóia tal organização". Desculpa frouxa, pois que militantes destacados do PS participam nesse Conselho.

Tal desculpa foi tão frouxa que já em 1982, os presidentes da SWAPO e do ANC, Sam Nujoma e Oliver Tambo se dirigiram por carta à direcção do PS apelando ao Partido Socialista para que concedesse o seu apoio à Conferência então em fase preparatória, salien-

tando o que seria desnecessário: que «nesta conjuntura crucial de luta contra o fascismo, o apartheid e o domínio colonial na África Austral, na qual os direitos dos nossos povos conduzidos pelo ANC e pela SWAPO são participantes directos, activos e numa altura em que os Estados da Linha da Frente, especialmente os povos de Angola e Moçambique são alvos de agressões da África do Sul, a programada Conferência é uma necessidade absoluta e urgente».

Tal não é a opinião do PS de Mário Soares, que prefere ver fantasmas a encarar a realidade que é a dura luta dos povos pela sua libertação e a solidariedade que lhes é devida.

Recorrendo ao malabarismo, o PS torna a desculpar-se e afirma que «a verdadeira conferência é aquela que se realiza sob a orientação da Internacional Socialista em Junho próximo na Tanzânia». Como explicar a direcção do Partido

Socialista que o próprio Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia e coordenador dos Estados da Linha da Frente, seja um dos patronos da Conferência que vai ter lugar em Lisboa?

Enquanto por todo o lado se alargam os apoios à iniciativa, a direcção do PS persiste em ficar mal acompanhada.

Na Conferência vão participar dirigentes partidários e governamentais dos Estados da Linha da Frente, numerosos deputados e personalidades da Europa, da África e das Américas. Das mais diversas correntes políticas e ideológicas — socialistas, democratas-cristãos, comunistas, liberais, católicos, protestantes.

Por outro lado, a Comissão Nacional Portuguesa conta com mais de 300 membros individuais e colectivos — deputados, juristas, magistrados, médicos, sacerdotes, escritores, artistas, jornalistas, presidentes de câmaras, associações civis, religiosas e sindicais.

A Comissão Internacional

mento de Maio de 81 constituíram uma importante vitória do partido comunista e das forças anti-imperialistas que, no seu conjunto, obtiveram 68% dos votos expressos, registando-se também avanço das forças de esquerda na comunidade cipriota turca.

O AKEL foi o partido mais votado.

As eleições presidenciais agora realizadas vieram confirmar esta tendência. Mas o seu significado e as consequências dos resultados registados, não se cingem a tal facto.

Na verdade, muito estava em jogo nestas eleições. No contexto internacional que já referimos, a reacção e o imperialismo visavam conseguir impor um presidente manobrável, a inserir na estratégia de agressão da Casa Branca, para o que a bacia do Mediterrâneo assume particular importância. E tinham o seu candidato, Kiriles. E contavam ainda a seu favor com a posição assumida pelo partido socialista, EDEG, de Lyssaridis, que assumiu um papel divisionista.

Ao apoiar o actual presidente, os comunistas impediram a concretização de tais manobras, mantendo na presidência uma personalidade que já deu provas de fidelidade a uma política de independência nacional, uma política anti-imperialista.

Kipryanou, presidente reeleito, trabalhou em estreita cooperação com Makários (primeiro presidente e lutador consequente pela independência de Chipre), como ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros e dirigiu a delegação de Chipre à Assembleia da ONU que em Setembro de 74 aprovou uma resolução respeitando os interesses do povo cipriota. O Partido que dirige foi fundado com o apoio de Makários.

A reeleição do presidente cipriota, traduzindo a força crescente da esquerda, a consciência do povo cipriota dos perigos penderos sobre o seu país e da responsabilidade da difícil situação que se vive, do imperialismo e de forças políticas ligadas ao capital — garante que a luta vai continuar pela total independência e integridade de Chipre. Garante que este pequeno país não poderá ser utilizado a bel prazer como armá dirigida contra os povos árabes, contra o povo palestino em particular, contra a comunidade socialista.

Médio Oriente



Quando pagarão os sionistas os crimes cometidos contra os povos palestino e libanês?

Em Israel o crime compensa

Sharon sai da Defesa para continuar a guerra

O governo sionista de Menahem Begin acaba de dar ao mundo mais uma prova da sua imensa capacidade de provocação: a passagem de Ariel Sharon de ministro da Defesa a responsável pelos assuntos respeitantes ao Líbano e aos territórios árabes ocupados. Ou seja, o sionista a quem os próprios compatriotas chamam "carneiro" deixa a Defesa mas não a pasta da guerra.

Com efeito, que outra coisa chamar a semelhante decisão do governo israelita a não ser provocação, conhecidas que foram as conclusões da Comissão Kahane no inquérito de apuramento das responsabilidades pela chacina de 16 a 18 de Setembro último nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chailita?

Provocação ao povo palestino, vítima primeira do terror sangüinário de Sharon; provocação ao povo libanês, cuja pátria foi invadida e destruída sob o comando de Sharon; provocação ao povo israelita, de quem Sharon se afirma defensor; provocação à opinião pública internacional a quem homens como Sharon humilham enquanto parte integrante da humanidade.

Mas será só Sharon? Será só a sua mudança de pasta no governo sionista que deve indignar os povos do mundo? E Menahem Begin? E os restantes membros do governo sionista que sancionaram a invasão do Líbano com o objectivo assumido de liquidar a OLP e o povo palestino?

E os aliados de Israel? Os grandes defensores dos direitos humanos, os medianeiros da paz que a partir de Washington apoiam até às últimas consequências a política expansionista e racista de Begin?

Não serão todos igualmente responsáveis pelo assassinato de milhares de palestinos e libaneses e pela permanência de tropas israelitas no Líbano?

A mudança de Sharon de um cargo para outro, se é legítimo chamar-lhe de facto mudança, tem apenas de positivo o desmascarar dos reais intentos americano-israelitas quanto à invasão do Líbano e à "tentativa" de resolução do problema palestino.

Como reconhecia recentemente Samuel Lewis, embaixador dos Estados Unidos em Israel, a administração Reagan não pensa impedir os sionistas de retirar todos os lucros possíveis da vitória militar sobre o Líbano. George Shultz foi igualmente claro ao dizer que os norte-americanos não exercerão qualquer pressão sobre Israel que levem a concessões nas conversações israelo-libanesas.

Se a este quadro se juntar o reforço das posições militares israelitas no Líbano, em cujo território os sionistas instalaram já três estações de radar de longa distância — que o próprio Sharon afirmou serem destinadas à manutenção de uma presença considerável no Líbano — o crescente tom das ameaças à Síria e o aumento das tropas estrangeiras em território libanês quando começam a

ser do domínio público as actividades repressivas da força multinacional em Beirute contra as organizações progressistas, consegue-se um panorama que está longe de permitir optimismos quanto à pacificação do Médio Oriente.

A "pacificação" do Líbano sob o domínio encapotado de Israel; o povoamento acelerado dos territórios árabes ocupados de molde a não deixar aos palestinos nem um palmo de terra; o domínio do imperialismo norte-americano na região através dos seus fiéis aliados sionistas, são objectivos que hoje já não conseguem passar despercebidos a não ser para quem não queira perceber.

Os milhares de manifestantes israelitas que no passado sábado percorreram as ruas de Tel-Aviv exigindo a demissão do governo e a retirada das tropas do Líbano são bem testemunho da compreensão popular do perigoso caminho que a aliança israelo-americana se propõe percorrer.

A atitude do Partido Trabalhista de Israel face ao subterfúgio encontrado para tirar Sharon mantendo Sharon é igualmente digna de registo. Na apreciação do voto de censura ao governo que os trabalhistas vão apresentar, o parlamento israelita pode encerrar uma das páginas mais negras de Israel. Resta saber se há vontade política para o fazer, ou se as "cartas escondidas" na manga de Sharon são tão comprometedoras que a maioria não tenha coragem para pôr termo ao reinado negro de Begin.

América Latina

Farsa eleitoral no Paraguai

O primeiro domingo de Fevereiro, mês de carnaval por excelência, ficou assinalado no Paraguai pela «reeleição» do velho ditador Alfredo Stroessner. As prestísimas agências do imperialismo não demoraram a dar ao mundo a informação de que Stroessner havia recolhido a «esmagadora maioria dos votos», o que traduzido em números dá qualquer coisa como 90 por cento dos sufrágios.

Não se sabe se foi o «espírito» carnavalesco que presidiu à feitura das notícias, mas é de crer que sim pois mesmo a mais reaccionária das fontes de informação não pode deixar de preferir calar-se a falar de «eleições» ou «vitória» ou «liberdade de voto» na mais velha ditadura da América Latina. Mas o dever obriga e surgem assim as «notícias», piadas de mau gosto num país há trinta anos amordaçado pela mais feroz repressão.

O simulacro de eleições realizado no Paraguai não trouxe qualquer novidade. Como de costume, a ditadura concedeu à sua oposição legal cerca de 10 por cento dos votos, margem que considera suficiente para dar um cunho de pluralismo ao regime sem que tal presente qualquer perigo.

A verdadeira oposição, congregada num Acordo Nacional Democrático que reúne várias tendências políticas e que foi saudada pelo Partido Comunista do Paraguai como um passo importante na formação de uma frente antiditatorial, não foi autorizada a concorrer às «eleições».

Mas o reinado do velho ditador, tido como o maior nazi da América Latina, está a chegar ao fim. E não só pela propecta idade do chefe, já na casa dos oitenta anos, mas pela corrosão provocada pelas contradições internas da ditadura. Pouco interessado na cria-



No Paraguai de Stroessner as condições de vida degradam-se diariamente

condições de vida da população — estimada em três milhões de pessoas — está a atingir os níveis do insuportável. A inexistência de estatísticas oficiais impede uma análise mais profunda da situação, mas é tido como certo que cerca de um milhão de paraguaios reside no estrangeiro, quer por razões económicas quer políticas.

O desemprego atinge mais de 50 por cento da população activa. O descontentamento popular ganha forma, aumentam as lutas grevistas, formam-se sindicatos independentes, procuram-se as formas de organização que permita a unidade contra a ditadura.

A repressão, as prisões, as torturas aplicadas por ex-SS que após a derrota de Hitler procuraram no Paraguai e outros países da América Latina o seu refúgio, não conseguem já dominar o movimento de revolta popular. A recente divulgação do local onde se encontrava preso o secretário-geral do PCP, António Maidana, não teria sido possível sem o quebrar do sigilo a que estão obrigados os funcionários estatais, sob graves penas.

A ditadura paraguaia, que desde 1954 domina o país com a arbitrariedade permitida pelo Estado de emergência então implantado, começa a ruir nas suas estruturas. Não de velhice mas com a força crescente do movimento popular.

Como afirma o camarada Maidana, o Paraguai também será livre. Não há força bruta, sortilégio ou campanha propagandística da ditadura que seja capaz de conter o crescimento do movimento popular unificado.

Nazis, hoje — onde vão dar as pistas do crime?

Alguns factos actuais vieram relembrar a acção dos criminosos de guerra, os inúmeros crimes contra a humanidade que então foram cometidos. O que já de si seria importante, porque nunca é de mais relembrar o crime que em si a guerra constitui, e a quem cabe a responsabilidade de tal crime. E isso particularmente quando, como hoje, há quem, utilizando poderosos meios, esteja empenhado em riscar esses ensinamentos da memória dos povos.

Mas a verdade é que factos como a extradição do criminoso nazi Barbie para França, onde será julgado, como a denúncia das experiências criminosas com armas bacteriológi-

cas, de japoneses hoje protegidos pelos EUA — estão longe de constituir factos com cunho simplesmente histórico. Antes assumem um carácter muito actual. Não se trata só da de-

núncia do nazismo. Trata-se sim da denúncia dos que hoje protegem e utilizam os criminosos de guerra. Trata-se da denúncia da sua actuação hoje. Assim, o "carneiro de Lyon", responsável por 4 500 mortes e mais de sete mil deportações para campos de extermínio, nomeadamente de crianças judias com idades compreendidas entre os 3 e 13 anos, contou com a protecção de regimes ditatoriais e organizações fascistas na Bolívia, mas também, segundo especialistas que investigam o paradeiro de criminosos nazis, com a protecção dos Estados Unidos.

Sabe-se agora que criminosos de guerra japoneses, especializados em experiências com armas bacteriológicas, são encobertos e protegidos também pelos Estados Unidos.

Mais, não se trata unicamente de proteger gente que cometeu crimes — graves — contra a humanidade. Trata-se de fomentar e utilizar os seus serviços agora. Mais uma vez contra a humanidade.

No que respeita aos criminosos de guerra japoneses, o Pentágono tem vindo a utilizar as suas antigas experiências, os seus "inestimáveis" serviços. E nota-se. Porque também nesse domínio — o da morte silenciosa — avança a

corrida aos armamentos promovida pelos Estados Unidos.

Quanto a Barbie, será de destacar o comentário do jornal britânico "The Sunday Times", que liga a actividade das organizações terroristas na Europa, às suas similares na América Latina, referindo mesmo atentados que provocaram a morte de dezenas de pessoas, como o da estação de Bolonha, em 1980.

Também na Bolívia o governo actual está a investigar das ligações entre a actividade de Barbie no país e a acção da polícia de Banzer e dos grupos para-militares. Afinal, onde vão dar as pistas do crime?





TESES
PARA A CONFERÊNCIA
NACIONAL DO PCP
DE 5 DE MARÇO DE 1983

O Comité Central, na sua reunião de 28-1-83, deliberou que a Conferência Nacional do Partido, a realizar em 5 de Março, aprove uma Proclamação que defina a orientação do PCP para as eleições e para a alternativa democrática.

Tendo em vista a elaboração do projecto de Proclamação a submeter à Conferência Nacional, o Comité Central apresenta para apreciação e debate em todas as organizações do Partido as «Teses para a Conferência Nacional do PCP de 5 de Março de 1983».

1.ª TESE

As eleições antecipadas para a Assembleia da República significam uma grande vitória do povo e da democracia criando reais possibilidades para uma viragem democrática na situação nacional.

2.ª TESE

É inteiramente possível e previsível derrotar a «AD» nas próximas eleições, reduzindo a «AD» e os partidos que a compõem – PSD e CDS – a uma minoria na Assembleia da República e criar assim uma primeira condição institucional básica para uma alternativa democrática.

3.ª TESE

O PS não constitui uma alternativa, não tem qualquer hipótese de alcançar a maioria absoluta, continua voltado para uma aliança com a «AD» ou com qualquer dos partidos que a compõem – PSD e CDS –, e após as eleições só poderá dar uma contribuição para uma alternativa democrática se romper as alianças com a direita e aceitar finalmente chegar a um acordo com as outras forças democráticas, designadamente com o PCP.

4.ª TESE

O aumento considerável da votação da APU e do número de deputados do PCP, do MDP e independentes coligados na APU é condição essencial para possibilitar e viabilizar uma alternativa democrática.

5.ª TESE

Existe uma política capaz de assegurar a saída da crise, o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições de vida do povo, na base do respeito pela Constituição e da consolidação das conquistas democráticas, da mobilização dos recursos do País, da defesa intransigente da independência nacional.

6.ª TESE

A participação do PCP no Governo é indispensável para a saída da crise, a solução dos problemas nacionais e a consolidação definitiva do regime democrático.

7.ª TESE

Até ao acto eleitoral no dia 25 de Abril, é necessário lutar firmemente para que seja respeitada a legalidade na vida política e assegurada a democraticidade do processo e do acto eleitoral.

8.ª TESE

O voto na APU, voto no PCP e seus aliados, é o único voto seguro, útil e certo para afastar a reacção do Poder, pôr fim à sua política de ilegalidade, miséria e destruição, e assegurar uma alternativa democrática.

1.ª TESE

As eleições antecipadas para a AR significam uma grande vitória do povo e da democracia criando reais possibilidades para uma viragem democrática na situação nacional.

1.1. A realização de eleições antecipadas constitui, em si mesma, uma grande vitória do povo e da democracia.

1.2. A realização de eleições antecipadas co-roa uma série de importantes derrotas da reacção, designadamente da «AD»:

- a) A demissão de Pinto Balsemão de Primeiro-Ministro;
- b) A demissão de F. do Amaral de vice-Primeiro-Ministro, de ministro da Defesa e de Presidente do CDS;
- c) A demissão do governo «AD»;
- d) A derrota do plano golpista que (tendo como eixo a revisão da Constituição e a Lei da Defesa Nacional) visava o assalto, a instrumentalização das Forças Armadas e a sua utilização para liquidar pela força o regime democrático;
- e) O fracasso da tentativa da formação de um novo governo «AD» (Vitor Crespo);
- f) A completa desagregação da «AD».

1.3 Estas derrotas da «AD» são grandes vitórias do povo e da democracia, provocando uma mudança favorável e profunda da situação política que abre perspectivas reais para a curto prazo:

- a) Afastar a «AD» do poder;
- b) Empreender uma política para a solução da crise;
- c) Reforçar o regime conquistado com a revolução de Abril.

1.4. O significado, alcance e consequências destas vitórias é subestimado por largos sectores democráticos que fazem uma incorrecta avaliação da correlação de forças, da sua evolução e das possibilidades e perspectivas da luta.

1.5. Basta comparar a evolução da situação em 1981-82, os objectivos definidos pela «AD» e o perigo iminente que representou para o regime democrático a entrada em vigor da revisão da Constituição e da Lei de Defesa Nacional com o governo «AD» para se concluir pela transcendente importância das vitórias alcançadas.

1.6. A luta heróica da classe operária e das massas trabalhadoras em grandiosas acções que se desenvolveram em 1981-82 constitui a causa fundamental das derrotas da «AD» da mudança da situação e da realização de eleições antecipadas.

1.7. Para esses resultados contribuíram também outros factores:

- a) A completa falência da política da «AD» de que resultou o agravamento de todos os problemas nacionais;
- b) A redução da base de apoio social e político da «AD»;
- c) As derrotas eleitorais da «AD», designadamente nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro;
- d) O funcionamento e as potencialidades das instituições democráticas;
- e) As contradições e conflitos no interior da própria «AD». O factor decisivo e determinante foi porém a luta popular.

1.8. Ao contrário do que afirma a sua direcção, o PS não só não contribuiu para estas vitórias do povo e da democracia como actuou ao longo de dois anos para as impedir ou adiar enquanto lhe foi possível:

- a) Defendendo a legitimidade da «AD» governar 4 anos, mesmo depois da derrota da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980 e ainda após a primeira demissão de Pinto Balsemão no Verão de 1981;
- b) Combatendo sistematicamente as medidas preconizadas pelo PCP: demissão do governo «AD», dissolução da Assembleia da República e realização de eleições antecipadas;
- c) Opondo-se até ao momento presente à saída da «AD» do governo e à constituição dum governo de gestão isento;
- d) Aliandó-se à «AD» na Revisão da Constituição na aprovação da lei de Defesa Nacional e em numerosas outras actuações contra as conquistas democráticas e contra o regime consagrado na Constituição.

1.9. O PCP, como único partido que, com os trabalhadores e as massas populares, incessantemente combateu a política da «AD» e reclamou a demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas representou um importante papel na luta popular e pode por isso legitimamente considerar-se que as vitórias alcançadas pelo povo e pela democracia são também vitórias do PCP.

1.10. Dos quatro grandes objectivos políticos colocados nos últimos dois anos, um não foi até agora alcançado e reduzem-se as possibilidades de o ser: a formação de um governo de gestão isento que assegurasse o carácter democrático das eleições. A continuação até às eleições do governo demitido, embora agora com compe-

tências reduzidas como governo de gestão que passou a ser, cria obstáculos à democraticidade do processo eleitoral e à expressão livre da vontade popular. É indispensável procurar remover tais obstáculos através da luta.

1.11. Apesar desta grave e desfavorável circunstância as eleições antecipadas de 25 de Abril oferecem a possibilidade real de dar um novo e profundo golpe à reacção, derrotar a «AD», afastá-la do poder e abrir caminho a uma alternativa democrática.

1.12. A experiência da luta e as grandes vitórias alcançadas em Dezembro de 1982/Janeiro de 1983 mostram que o povo português e a democracia estão em condições de alcançar uma nova vitória nas eleições de 25 de Abril.

2.ª TESE

É inteiramente possível e previsível derrotar a «AD» nas próximas eleições, reduzindo a «AD» e os partidos que a compõem — PSD e CDS — a uma minoria na Assembleia da República e criar assim uma primeira condição institucional básica para uma alternativa democrática.

2.1. O governo «AD» e a maioria da «AD» na Assembleia da República, tendo como objectivo fundamental a liquidação das conquistas democráticas alcançadas com a revolução e a restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, agravaram todos os problemas nacionais, conduziram o povo à miséria, a economia à beira do desastre, o regime democrático à beira do golpe de Estado, a independência nacional à vergonha da submissão do governo ao imperialismo. A mudança urgente e profunda da política portuguesa é um imperativo popular e nacional.

2.2. A primeira condição, a alcançar nas próximas eleições, para uma alternativa democrática, ou seja, para uma nova política que resolva os problemas nacionais, é pôr fim à maioria do PSD e CDS na Assembleia da República, reduzindo-os a uma minoria de deputados.

2.3. O facto de a «AD» passar a ficar em minoria na Assembleia da República altera profundamente a situação política, a favor da consolidação do regime democrático:

- a) Ao contrário do que aconteceu em 1981/82, a contra-revolução perde a possibilidade de se desencadear a partir do governo e de decisões da Assembleia;
- b) A «AD» em minoria na Assembleia significa que é afastado o perigo, que foi iminente em fins de 1982, de um golpe de Estado;
- c) A reacção perderá a hegemonia do poder legislativo e executivo, o que limita a sua iniciativa e capacidade ofensiva;

- d) A confiança e determinação do povo português será fortemente estimulada;
- e) O facto de passar a haver na Assembleia da República uma maioria numérica de comunistas, socialistas e outros democratas significará (mesmo contra os actuais projectos da direcção do PS) a criação de condições institucionais para uma alternativa democrática.

2.4. A evolução da situação política indica em todos os seus aspectos que, realizando-se as eleições com o mínimo de condições democráticas, este objectivo será alcançado.

2.5. São índices seguros para essa conclusão:

- a) A redução da base de apoio social, político e eleitoral da «AD» clamorosamente revelada nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro;
- b) A larga e profunda indignação popular contra o brutal agravamento das condições de vida do povo, o desastre da economia portuguesa, os atentados constantes à legalidade e às liberdades e direitos dos cidadãos;
- c) O facto de a «AD» se encontrar na situação de derrotada, desautorizada, desacreditada;
- d) A desagregação da «AD» e dos dois principais partidos que a compõem (PSD e CDS), com a demissão dos seus dirigentes, conflitos internos, rivalidades, ambições, divisões profundas, num degradante espectáculo que confirma sem possibilidades de contestação que tais partidos não têm o mínimo de condições para governar o país.

3.ª TESE

O PS não constitui uma alternativa, não tem qualquer hipótese de alcançar a maioria absoluta, continua voltado para uma aliança com a «AD» ou com qualquer dos partidos que a compõem – PSD e CDS – e após as eleições só poderá dar uma contribuição para uma alternativa democrática se romper as alianças com a direita e aceitar finalmente chegar a um acordo com as outras forças democráticas, designadamente com o PCP.

3.1. A aceitação da enganadora propaganda do PS segundo a qual o PS poderá constituir uma alternativa democrática, se o resultado das eleições se traduzisse numa forte deslocação de votos para o PS, seria susceptível de comprometer a vitória democrática nas próximas eleições.

3.2. O PS não constitui alternativa à «AD», nem no plano institucional, nem no plano político.

a) No plano institucional, o PS não constitui uma alternativa à «AD» porque é mera demagogia a afirmação de que o PS poderá alcançar maioria absoluta na Assembleia da República. Desde 25 de Abril, as votações no PS têm decaído progressivamente e, mesmo que o PS recuperasse todo o eleitorado que perdeu a favor da direita, ficaria muitíssimo longe de alcançar essa maioria.

b) No plano político o PS não constitui uma alternativa à «AD», porque o PS (conduzido por Mário Soares) já mostrou, (no governo PS sozinho, no governo PS/CDS, na contra-revolução legislativa, na revisão da Constituição, na sua actividade política diária) que, em aspectos essenciais, a sua política não se diferencia da política da «AD».

3.3. O PS, sob a direcção de Mário Soares, continua voltado para uma política de restauração monopolista, de exploração dos trabalhadores, de destruição das conquistas democráticas, de fazer pagar ao povo o preço da solução da crise.

3.4. Um novo governo do PS sozinho, ou um governo PS/PSD alargado ou não ao CDS seria a continuação no fundamental da política que tem sido seguida nos últimos anos e que

arrastou o povo à miséria, a economia ao desastre, a democracia à beira de um golpe.

3.5. Quando o PS define como os seus objectivos eleitorais a conquista da maioria absoluta e a formação de um governo PS, tem em vista alcançar votos para depois firmar nova aliança que desde já prepara com o PSD ou com toda a «AD».

3.6. A disposição do PS de continuar após as eleições as suas alianças com a direita expressa-se claramente:

- a) Na teorização da necessidade de um governo de «concertação», ou de «consenso nacional», ou do «bloco central», ou do «centro esquerda» que outra coisa não é que a preparação da opinião pública para a formação de um governo PS-PSD, alargado ou não ao CDS;
- b) Nos vergonhosos acordos que os eleitos do PS estão fazendo com os eleitos da «AD» em numerosas autarquias.

3.7. Após as eleições, o PS só poderá dar uma contribuição positiva a uma alternativa democrática:

- a) Se romper as alianças com a direita;
- b) Se aceitar finalmente chegar a um acordo com as outras forças democráticas, designadamente com o PCP.

3.8. Uma tal viragem na política do PS depende fundamentalmente de três factores:

- a) A força e a luta dos trabalhadores e das massas populares por objectivos fundamentais;
- b) A acção dos militantes socialistas, fiéis aos ideais democráticos, dentro do seu próprio partido;
- c) Um reforço considerável do PCP e da APU na Assembleia da República como resultado das eleições de 25 de Abril próximo.

4.ª TESE

O aumento considerável da votação da APU e do número de deputados do PCP, do MDP e independentes coligados na APU é condição essencial para possibilitar e viabilizar uma alternativa democrática.

4.1. Estando nas condições presentes praticamente afastado o perigo de uma vitória eleitoral da «AD» e dos partidos que a compõem, estes só ficarão no poder na medida em que o PS se associe a eles.

4.2. Incorrem num erro básico aqueles que pensam que o voto no PS é o «voto útil» para derrotar a «AD», o PSD e o CDS. A «AD», o PSD e o CDS serão quase inevitavelmente derrotados e ficarão em minoria na Assembleia da República. A direcção do PS apresentará o aumento do número de deputados socialistas como uma aprovação à sua aliança com a direita e pretenderá utilizá-lo para a concretizar.

4.3. Só uma grande votação na APU que — junto com a acção das massas populares, opinião pública e a atitude democrática dos militantes socialistas — obrigue a direcção do PS a abandonar as suas alianças à direita, pode evitar que a «AD» e os partidos que a compõem, derrotados nas próximas eleições, encontrem de novo (aliados ao PS) a possibilidade de permanecerem no governo e de participarem numa nova maioria na Assembleia da República.

4.4. O aumento do número de deputados, do PCP, MDP e outros eleitos pela APU é indispensável:

a) Para impedir ou dificultar a aliança do PS com a direita, ganhar grande parte

do PS e finalmente o PS para a aliança com a esquerda e para a unidade de todos os democratas na luta contra a reacção e na solução dos problemas nacionais;

b) Para afastar efectivamente e definitivamente do poder (do governo e da maioria parlamentar) a «AD» e os partidos que a compõem;

c) Para criar condições para uma real (e não apenas numérica) maioria democrática na Assembleia da República que apoie a formação de um governo democrático;

d) Para reforçar a possibilidade de defender eficazmente na Assembleia da República os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo em geral, as liberdades e as outras conquistas de Abril, conseguir a aprovação de uma legislação democrática e impedir a aprovação pela Assembleia da República de legislação antidemocrática.

4.5. Para que a Assembleia da República eleita em 25 de Abril próximo tenha uma actualização democrática e sirva de suporte a um governo democrático, não basta que a «AD» e os partidos que a compõem fiquem em minoria. É essencial que o PCP e outros democratas fiquem consideravelmente reforçados com o aumento do número dos seus deputados.

5.ª TESE

Existe uma política capaz de assegurar a saída da crise, o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições de vida do povo na base do respeito pela Constituição e da consolidação das conquistas democráticas, da mobilização dos recursos do país, da defesa intransigente da independência nacional.

5.1. Para superar a crise política, económica e social, não basta a mudança dos partidos e das pessoas que fazem parte do governo. O essencial é uma mudança real e profunda da política a realizar pelo governo e pela Assembleia da República.

5.2. A única política capaz de resolver os problemas nacionais tem de assentar:

- a) No respeito pela Constituição e pela legalidade;
- b) Na consolidação de todas as conquistas democráticas;
- c) Na mobilização dos recursos do país;
- d) Na defesa firme e intransigente da independência nacional.

5.3. O PCP considera ser possível, viável e exequível a unidade dos democratas e patriotas na realização de **uma plataforma política para a saída da crise e a solução dos problemas nacionais.**

5.4. No seguimento das propostas de soluções que tem apresentado ao país, o PCP apresenta **quatro grandes objectivos de política nacional no futuro próximo imediato** (em relação a cada um dos quais aqui se indicam algumas medidas exemplificativas):

1.º Respeito rigoroso da legalidade constitucional.

- a) Garantia em todo o território nacional do exercício das liberdades e **direitos dos cidadãos**, designadamente a liberdade de imprensa, os direitos de associação e de reunião, os direitos sindicais, o direito à greve, o controlo de gestão;
- b) Garantia do efectivo pluralismo na vida política e na comunicação social estatizada.
- c) Interdição da partidarização do aparelho do Estado.
- d) Respeito pelas estruturas socioeconómicas reconhecidas pela Constituição, nomeadamente as nacionalizações e as

UCPs e/ Cooperativas da Reforma Agrária.

- e) Anulação das decisões inconstitucionais e ilegais do governo «AD» (despedimentos por motivos políticos, roubos de terras, entrega indevida de empresas e bens do Estado, etc.)
- f) Garantia da ordem democrática, da tranquilidade e segurança dos cidadãos. Dissolução dos serviços de informação organizados secretamente no aparelho do Estado, bem como de corpos especiais de repressão.
- g) Independência dos tribunais e cumprimento das suas decisões.
- h) Reforço do poder local democrático. Cumprimento da Lei das Finanças Locais. Regionalização.
- i) Promoção da autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira.

2.º Política económica para vencer a crise e assegurar o desenvolvimento do país.

- a) Mobilização dos recursos, capacidades instaladas, energias produtivas e potencialidades do país;
- b) Aumento da taxa de crescimento, através da dinamização da produção industrial, da produção agrícola, das pescas, da produção nacional de produtos importados;
- c) Apoio financeiro e técnico a todas as formações económicas sem exclusões nem discriminações: sectores e empresas nacionalizadas, Reforma Agrária, sector privado, cooperativas, empresas em autogestão, pequenos e médios agricultores e rendeiros, pequenas e médias empresas comerciais e industriais – reconhecendo (tal como estabelece a Constituição) todos esses sectores e as suas dinâmicas próprias como parte integrante da estrutura económica da democracia portuguesa;
- d) Relançamento dos grandes projectos de interesse nacional (Plano Siderúrgico)

co, ferro de Moncorvo, pirites e metalurgia do cobre, Alqueva).

- e) Políticas energética, industrial, agrária, de pescas e de transportes voltadas para o aumento da produção e da produtividade, o aperfeiçoamento tecnológico, a eficiência dos serviços;
- f) Políticas orçamental, fiscal, de crédito, cambial, de preços, voltadas para a incentivação dos investimentos, a dinamização económica, a redução dos gastos supérfluos ou inúteis, a limitação da importação de bens não essenciais, a progressiva redução dos défices das balanças externas e do OGE;
- g) Baixa geral das taxas de juro. Taxas bonificadas. Controlo dos movimentos de capitais, combate à sobrefacturação e subfacturação;
- h) Alargamento do mercado interno através do desenvolvimento económico e dos melhoramentos das condições de vida da população. Dinamização do comércio interno.

3. Melhoramento das condições de vida material e cultural do povo

- a) Defesa do poder de compra (controlo da inflação, contenção dos preços nomeadamente dos bens essenciais).
- b) Aumento dos salários reais e de pensões de reforma e invalidez. Eliminação dos tectos salariais. Actualização anual do salário mínimo nacional de acordo com o agravamento do custo de vida.
- c) Igualdade efectiva de homens e mulheres no trabalho e no emprego.
- d) Apoio à juventude, designadamente no direito ao trabalho, à formação profissional, ao ensino, à habitação, à ocupação dos tempos livres.
- e) Defesa das regalias sociais. Segurança social que atenda prioritariamente às necessidades das camadas mais desfavorecidas.

- f) Combate ao desemprego: interdição de despedimentos sem justa causa e da generalização dos contratos a prazo, da liberalização dos despedimentos. Criação de novos postos de trabalho através da dinamização da economia e investimentos produtivos.
- g) Direito à habitação. Nova política de construção, de terrenos, de financiamento e de crédito, incentivo e apoio às cooperativas de habitação.
- h) Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito. Abolição das «taxas moderadoras». Humanização dos serviços de saúde.
- i) Democratização do ensino, da cultura, do desporto.

4. Política externa de independência, paz e cooperação.

- a) Desenvolvimento das relações externas reforçando as relações tradicionais na observância dos princípios básicos da igualdade, reciprocidade de vantagens, respeito pela soberania e não ingerência nas questões internas.
- b) Diversificação das relações externas com particular atenção ao desenvolvimento do comércio externo, à cooperação económica e tecnológica e ao intercâmbio cultural com todos os países sem discriminações.
- c) Recusa do agravamento dos encargos militares e financeiros com a NATO, do alargamento de bases estrangeiras e da instalação ou trânsito de armas nucleares em território português.
- d) Negociação com os países do Mercado Comum com vistas ao desenvolvimento mutuamente vantajoso das relações bilaterais. Acordos com o Mercado Comum, com abandono do desastroso projecto de integração.
- e) Defesa da política de desanuviamento, de coexistência pacífica, de desarmamento, de cooperação internacional.

6.ª TESE

A participação do PCP no governo é indispensável para a saída da crise, a solução dos problemas nacionais e a consolidação definitiva do regime democrático.

6.1. A experiência está feita de que nem o PSD, nem o CDS, nem o PS – sozinhos ou aliados – são capazes de resolver os problemas nacionais

6.2. Sem a participação do PCP no governo não há saída da crise, não há solução dos problemas, não há melhoramento das condições de vida do povo, não há estabilidade e segurança, não há alternativa democrática.

6.3. A necessidade da participação do PCP na solução dos problemas nacionais torna-se tão evidente, que, nos sectores mais variados da opinião pública, se manifesta a ideia de que «sem os comunistas não se sai da crise».

6.4. A participação do PCP no governo é indispensável para a solução dos problemas nacionais porque:

- a) O PCP é o único grande partido que apresenta para os grandes problemas nacionais soluções correctas capazes de resolvê-los.
- b) O PCP é um partido preparado, experimentado, coeso, conhecedor profundo dos problemas, com grande capacidade de realização como toda a sua actividade demonstra, designadamente nas autarquias.
- c) O PCP é um partido que não serve

ambições nem interesses pessoais e está inteiramente empenhado em servir, com competência, honestidade e dedicação, o povo e o país.

d) O PCP é o partido com mais profunda e larga influência na classe operária e nas massas populares, com grande capacidade de mobilização e, sendo absolutamente certo que os grandes problemas nacionais só podem ser resolvidos com o empenhamento dos trabalhadores, isso significa também que só podem ser resolvidos com o PCP.

6.5. O PCP compartilha da ideia de que nenhuma força política ou social sozinha está em condições de governar o país e resolver os problemas nacionais. A situação económica e social atingiu tal gravidade que se impõe o empenhamento de todas as classes e camadas antimonopolistas, de todos os democratas e patriotas para assegurar a saída da crise, o melhoramento das condições de vida do povo, o desenvolvimento económico, a consolidação da democracia, a defesa da independência nacional.

6.6. O PCP está pronto, após as eleições, a assumir as suas responsabilidades numa solução governamental que se proponha atingir tais objectivos.

7.ª TESE

Até ao acto eleitoral no dia 25 de Abril, é necessário lutar firmemente para que seja respeitada a legalidade na vida política e assegurada a democraticidade do processo e do acto eleitoral.

7.1. O facto de não ter sido formado um governo de gestão isento e continuar o governo «AD» demitido como governo de gestão até às eleições, compromete gravemente a democraticidade das eleições.

7.2. Nomeadamente porque o governo «AD»:

- a) Não respeita a legalidade;
- b) Abusa do poder;
- c) Excede as suas competências que se limitam a assegurar apenas os negócios correntes do Estado;
- d) Monopoliza e manipula os meios de comunicação social estatizados;
- e) Utiliza o aparelho e os recursos do Estado para manobras demagógicas com fins eleitoralistas.

7.3. Não se tendo conseguido a formação de um governo de gestão isento e admitindo que tal objectivo não venha a ser alcançado, é imperioso, até ao acto eleitoral, lutar firmemente, dia a dia, para que seja respeitada a legalidade na vida política e assegurada a democraticidade do acto eleitoral.

7.4. Para isso, é necessário:

- a) Desmascarar todas as ilegalidades cometidas pelo governo e autoridades, bem como todas as manifestações de abuso do poder e a demagogia eleitoralista;
- b) Exigir no concreto o respeito efectivo pelas liberdades democráticas e pela igualdade de direitos de todas as formações políticas e de todos os cidadãos;
- c) Exigir o estabelecimento de um efectivo pluralismo nos meios de comunicação social estatizados, particularmente na RTP e RDP.

7.5. Com um governo «AD» não é possível assegurar eleições verdadeiramente democráticas. Mas, pela luta, poderão limitar-se as violações e distorções da legalidade e criar condições mínimas que tornarão possível infligir à «AD», ao PSD e ao CDS, uma nova e estrondosa derrota nas eleições antecipadas, alcançar uma grande vitória democrática e criar condições essenciais para uma verdadeira alternativa.

8.ª TESE

O voto na APU, voto no PCP e nos seus aliados, é o único voto seguro, útil e certo para afastar a reacção do poder, pôr fim à sua política de ilegalidade, miséria e destruição, e assegurar uma alternativa democrática.

8.1. Na actual fase da vida nacional, as eleições legislativas de 25 de Abril constituem uma oportunidade preciosa para, colhendo as lições e a experiência do desastre provocado por três anos de governos «AD» e por sete anos de política de recuperação capitalista, impor e finalmente concretizar um novo rumo para a política portuguesa.

8.2. Em 25 de Abril o **voto na APU** é o único voto útil para a derrota dos partidos da «AD» – PSD e CDS, para pôr termo à sua política de desastre, miséria e destruição, para o seu afastamento completo e definitivo do poder, para assegurar uma alternativa democrática.

8.3. Em 25 de Abril o **voto na APU** é o voto mais eficaz para a superação da crise, para a solução dos problemas nacionais, para a defesa das liberdades, para a garantia da estabilidade e da consolidação da democracia.

8.4. Em 25 de Abril o **voto na APU** é o voto seguro para o respeito da vontade popular, para derrotar os planos de aliança do PS com o PSD (ou com o PSD e CDS) para a unidade e cooperação de todas as forças, sectores e correntes democráticas em torno de uma plataforma de política nacional.

8.5. Em 25 de Abril, o **voto na APU** é o único voto certo para assegurar o empenhamento dos trabalhadores na saída da crise,

para garantir a indispensável participação do PCP no governo, para afirmar a confiança e esperança nas potencialidades nacionais, na vitalidade do regime democrático, na força e capacidade de trabalho criador e da energia do povo na construção de uma vida melhor no Portugal de Abril.

8.6. Em 25 de Abril, o **voto na APU**, o voto no PCP e nos seus aliados, é o voto nas forças democráticas mais activas e consequentes na defesa dos interesses populares, mais identificadas com o regime democrático saído da revolução de Abril, mais empenhadas na solução dos problemas nacionais, mais fiéis aos seus compromissos com o povo português.

8.7. Em 25 de Abril de 1983 é o dia certo para que, pelo voto popular, se reafirme a adesão nacional às conquistas, ideais e esperanças da revolução libertadora do 25 de Abril, a vontade nacional de dar um novo e decisivo impulso para a construção do Portugal democrático, próspero e independente.

Em 25 de Abril, com o PCP, com a APU, o voto para uma nova política, para um governo com o PCP.

14 de Fevereiro de 1983

O Comité Central do PCP

SECRET

1. The purpose of this document is to provide information regarding the activities of the organization in the field of international relations.

2. The organization has been active in various countries, including the United States, Europe, and Asia. It has established a network of contacts and has been involved in a number of projects.

3. The organization's activities are primarily focused on the promotion of international cooperation and the development of friendly relations between nations.

4. The organization has been successful in its efforts to bring about a better understanding of each other's cultures and customs among the people of different countries.

5. The organization's work is supported by a number of individuals and organizations who share its vision of a more peaceful and harmonious world.

6. The organization's activities are carried out in a confidential and discreet manner, and its members are bound by a strict code of ethics.

7. The organization's work is of great importance to the world, and it is hoped that it will continue to make significant contributions in the future.